

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
 - 2.1 – Comissões
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/10/2018

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Cláudio do Mundo Novo

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 5.432 a 5.437/2018; Requerimentos n°s 11.583 e 11.584/2018 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Transporte e dos deputados André Quintão (2) e Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Bosco, João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Bonifácio Mourão – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei n° 24.031 – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cláudio do Mundo Novo – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h4min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Bosco, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.432/2018

Declara de utilidade pública a Associação Degraus para a Vida, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Degraus para a Vida, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de outubro de 2018.

Deputado Arnaldo Silva (DEM)

Justificação: Esta proposição tem por objetivo declarar utilidade pública a Associação Degraus para a Vida, com sede na Rua Simão Pedro, 1.085, Sala 1, Bairro Maravilha, no Município de Uberlândia.

Trata-se de uma organização não governamental, de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter assistencialista, na forma de seu estatuto, e que tem como principal objetivo a congregação de órgãos e pessoas físicas e jurídicas interessadas em promover a implementação da assistência social no município.

A associação está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Além disso, desenvolve ações que visam impulsionar as atividades de caráter social e econômico, objetivando o desenvolvimento humano de seus membros.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.433/2018

Altera a lei nº 22.839 de 5 de janeiro de 2018.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescente-se o seguinte dispositivo à Lei nº 22.839 de 5 de janeiro de 2018:

“Art. 25A – Esta lei não se aplica à profissão de Bombeiro Civil disciplinada pela Lei nº 11.901 de 12 de janeiro de 2009.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de outubro de 2018.

Deputado Rogério Correia, 1º-Secretário (PT) – Deputada Marília Campos (PT).

Justificação: A profissão de Bombeiro Civil foi disciplinada pela Lei nº 11.901 de 12 de janeiro de 2009. Esta Lei define o que se considera Bombeiro Civil, sua classificação, seu uniforme, sua jornada de trabalho e suas funções, não cabendo à lei Estadual tratar de matérias já definidas em lei federal.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.434/2018

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o trecho que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia MG 111, Localizado na saída de Manhuaçu sentido ao Município de Santana do Manhuaçu, do KM 74,08 ao KM 79,08, perímetro com extensão de 5,0 KM.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Manhuaçu a área que trata o art. 1º.

Parágrafo único – A área a que se refere o caput deste artigo integrará o perímetro urbano do Município de Manhuaçu e se destinará a implantação de via urbana.

Art. 3º – O trecho de rodovia objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Sala das Reuniões, 23 de outubro de 2018.

Deputado João Magalhães, Presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa este projeto de lei, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o trecho de rodovia que especifica. A doação deste trecho rodoviário é de suma importância para o desenvolvimento do referido município, pois, com a sua transferência ao município, será possível a implantação de políticas voltadas ao interesse público naquela localidade.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.435/2018

Declara de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião do Oeste-MG, com sede no Município de São Sebastião do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião do Oeste-MG, com sede no Município de São Sebastião do Oeste.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de outubro de 2018.

Deputado Inácio Franco, 3º-Vice-Presidente (PV).

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade desenvolver trabalho social com idosos, jovens e crianças distribuindo gratuitamente aos mesmos benefícios alcançados junto aos órgãos municipais, estaduais, federais e iniciativa privada.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção alguma quanto à religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a Associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.436/2018

Declara de utilidade pública a Associação do Residencial Parque das Árvores, com sede no Município de Nova Ponte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação do Residencial Parque das Árvores, com sede no Município de Nova Ponte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de outubro de 2018.

Deputado Lafayette de Andrada, 1º-Vice-Presidente (PRB)

Justificação: A Associação do Residencial Parque das Árvores –ARPA é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos. Está sediada na Avenida do Comércio, 322, Parque das Árvores na cidade de Nova Ponte, Minas Gerais. Suas finalidades são defender junto aos poderes constituídos os direitos e benefícios necessários ao bem estar da coletividade, proporcionar a seus associados maior integração e intercâmbio cultural, recreativo e desportivo e manter atividades assistenciais de saúde, artísticas e culturais.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.437/2018

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Dona Zilda, com sede no Município de Ressaquinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Dona Zilda, com sede no Município de Ressaquinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de outubro de 2018.

Deputado Lafayette de Andrada, 1º-Vice-Presidente (PRB).

Justificação: A Associação Comunitária do Bairro Dona Zilda, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, sediada à Rua Prefeito Álvaro Ferreira Lima, nº 25, Bairro Alto do Cruzeiro, Ressaquinha, Minas Gerais. Sua finalidade principal é o desenvolvimento comunitário através de atividades assistenciais, proteção à saúde, combate à fome e a pobreza, apoio à integração de seus associados no mercado de trabalho, celebração de convênios com entes públicos para obtenção de melhorias para a comunidade.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.583/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências para que o recurso proveniente das multas por descumprimento de contrato aplicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – seja aplicado exclusivamente no sistema ferroviário do Estado. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.584/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que seja mantida a operação do ramal ferroviário Desembargador Drummond, também conhecido como ramal "Piçarrão", constante da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, considerando-se que sua desativação, que teria sido solicitada pela empresa Vale, traria grandes prejuízos para a malha ferroviária do Estado. (– À Comissão de Transporte.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Transporte e dos deputados André Quintão (2) e Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

– Os deputados Bosco e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O presidente (deputado Cláudio do Mundo Novo) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

– Os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bonifácio Mourão proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

O presidente – A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 24.031. Pelo Bloco Minas Melhor – BMM: efetivos – deputados Tadeu Martins Leite e Doutor Jean Freire; suplentes – deputados André Quintão e Paulo Guedes; pelo Bloco Compromisso com Minas Gerais – BCMG: efetivo – deputado

Agostinho Patrus Filho; suplente – deputado Glaycon Franco; pelo Bloco Verdade e Coerência – BVC: efetivos – deputados Gustavo Corrêa e Carlos Pimenta; suplentes – deputada Ione Pinheiro e deputado Nozinho. Designo. Às Comissões.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, em 23/10/2018, do Projeto de Lei nº 5.113/2018, do deputado Nozinho, e dos Requerimentos nºs 11.418/2018, do deputado Duarte Bechir, 11.508/2018, do deputado André Quintão, 11.518/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago, e 11.523/2018, da Comissão de Participação Popular; e de Transporte – aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 23/10/2018, dos Projetos de Lei nºs 3.900/2016, do deputado Tony Carlos, e 5.225/2018, do deputado Carlos Henrique, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 11.540, 11.543 e 11.544/2018, do deputado Gil Pereira, e 11.561 a 11.563/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras (Ciente. Publique-se.) e pelo deputado André Quintão (2) – indicando seu nome para membro efetivo da Comissão de Participação Popular na vaga da deputada Marília Campos; e indicando o deputado Cláudio do Mundo Novo para membro efetivo da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas (Ciente. Designo. Às Comissões.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 25, às 19 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 25/10/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Dalmo Ribeiro Silva – Arlen Santiago – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Cláudio do Mundo Novo – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Glaycon Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – Marília Campos – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 19 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/9/2018

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM) e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião

e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.000/2018 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.692/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências, acompanhado de documentação do servidor aposentado Gonçalo Modesto da Fraga, para que sejam analisadas as situações funcionais dos servidores aposentados do então DER-MG, hoje DEER-MG, especialmente quanto à concessão de reajustes, uma vez que a categoria não os recebe há quase 10 anos.

nº 12.740/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e às Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam realizados, de imediato, os repasses financeiros devidos à Santa Casa de Bom Despacho – Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus –, entidade sem fins lucrativos, que há 5 anos trabalha arduamente na promoção da saúde local; e sejam adotadas as medidas necessárias à instalação de equipamentos que permitam a utilização de energia sustentável (energia fotovoltaica), conforme sugestão do Ofício nº 223/2018.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2018.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Cássio Soares – Cristiano Silveira – Duarte Bechir.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/10/2018

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Roberto Andrade e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.799/2018, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que seja mantida a operação do ramal ferroviário Desembargador Drummond, também conhecido como

nº 12.800/2018, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para se ouvirem relatos dos deputados e dos convidados que participaram da audiência pública realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, em 19/10/2018, em Governador Valadares;

nº 12.801/2018, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada visita ao trecho ferroviário de Formiga e às respectivas estações ferroviárias do município, a fim de se fazer o reconhecimento de suas condições de preservação e seu potencial turístico;

nº 12.802/2018, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a reativação do trecho ferroviário que liga o Bairro Belvedere, em Belo Horizonte, a Inhotim, no Município de Brumadinho;

nº 12.803/2018, dos deputados João Leite, Roberto Andrade e Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja encaminhado ao procurador do Ministério Público Federal em Minas Gerais, Sr. Fernando de Almeida Martins, pedido de providências para que o recurso proveniente das multas por descumprimento de contrato aplicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – seja aplicado exclusivamente no sistema ferroviário no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2018.

João Leite, presidente – Bonifácio Mourão – Glaycon Franco.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 29/10/2018, às 10 horas, em Belo Horizonte, à Escola Estadual Dr. Amaro Neves Barreto, com a finalidade de discutir a decisão da Secretaria de Estado de Educação de manter o atual formato de turmas.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2018.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro, João Vítor Xavier e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2018.

Celise Laviola, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2018.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Arlete Magalhães, Geisa Teixeira, Marília Campos e Rosângela Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2018.

Nozinho, presidente *ad hoc*.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 24/10/2018, a seguinte comunicação:

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Luciney Agnaldo Silva, ocorrido em 23 de outubro, em Esmeraldas. (– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 25/10/2018, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Claudio Henrique Nacif Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, encaminhando requerimento do vereador Milton Maurício Martins, em que solicita a esta Casa que faça cumprir o disposto na Lei Complementar nº 63, de 1990. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Heberth Percopo Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, comunicando a rescisão do Contrato nº 837931/2016, Operação 1035116-34, assinado em 28/12/2016, por não atendimento de cláusula suspensiva. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 19/10/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 27/10/2018, Henrique Palma Neto, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

nomeando Joana Irene Carreiro do Nascimento, padrão VL-14, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes.

TERMO DE CONTRATO Nº 79/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: L3A Divisórias e Forros Eireli – EPP. Objeto: fornecimento e instalação, conforme *layouts*, sob demanda, de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios, incluindo montagem e desmontagem nos prédios da ALMG. Vigência: 12 meses, a contar de sua assinatura, inclusive. Licitação: Pregão Eletrônico nº 62/2018. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/10/2018, na pág. 7, onde se lê:

“Ana Ester Della Croce”, leia-se:

“Ana Ester Diniz Della Croce”.